

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – PROJETO “PACIENTES JURÍDICOS”

MORENA LEMOS MENDES EL HALAL¹; LAURA LARRÉ DA SILVA²; LILIANA LEMOS MENDES³ JULIANI VERONEZI ORBEM⁴

¹Universidade Católica de Pelotas – morenahalal@gmail.com

²Universidade Católica de Pelotas – laura.larredasilva7@gmail.com

³Universidade da Região da Campanha – tcontexto@yahoo.com.br

⁴Universidade Católica de Pelotas – juliani.orbem@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Católica de Pelotas, em sua grade curricular, possui a matéria denominada “Estágio de Prática Jurídica III e IV”, na qual os alunos do curso de Direito da referida instituição começam a ter contato com processos no Serviço de Assistência Judiciária (SAJ).

No SAJ, segundo UCPEL (2018):

“a população recebe atendimento como em um grande escritório de advocacia. Voltado para o público com renda familiar inferior a dois salários mínimos, fornece orientação judiciária através dos acadêmicos do curso, assessorados por professores orientadores” (UCPEL, 2018).

Na aludida sistemática, os alunos trabalham em processos de diversas áreas, entre elas, cível, trabalhista, previdenciária e penal.

A Universidade criou o projeto denominado “Pacientes Jurídicos”, o qual consiste em os alunos, juntamente com um professor orientador, deslocarem-se até as Unidades Básicas de Saúde (UBS), de determinados bairros do município de Pelotas/RS e, fazerem os atendimentos e as triagens para possíveis processos judiciais, nas estruturas das UBS's.

O presente trabalho consiste em analisar os dados relacionados aos atendimentos feitos na UBS do Bairro Pestano. No primeiro semestre do ano de 2018, oportunidade em que se percebeu a importância do referido projeto para a sociedade, visto que o mesmo facilita o acesso à justiça, conforme estabelecido no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal Brasileira.

2. METODOLOGIA

Os alunos, juntamente do professor orientador, deslocam-se até a UBS do Bairro Pestano, a cada 15 (quinze) dias, durante uma tarde, especificamente das 13h30 às 16h30, oportunidade em que são distribuídas 10 (dez) fichas de atendimento para os eventuais interessados em orientação jurídica naquele estabelecimento.

Em um primeiro momento, os alunos e o professor fazem a triagem de todos os casos explanados pelas pessoas atendidas, e, assim, separa-se em dois montantes: o primeiro referente apenas às informações jurídicas e o segundo aos casos que potencialmente poderão virar uma demanda judicial.

Após essa separação, pede-se que os interessados levem os documentos necessários para que os discentes ajuízem o processo referente ao seu caso, com a ajuda do professor orientador responsável.

Após a reunião de todos os documentos fundamentais, ajuíza-se a ação correta, tanto na justiça Comum, Estadual e Federal, quanto na Justiça Federal do Trabalho.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados pelos discentes e o docente responsável pelo projeto, no semestre inicial do corrente ano, apresenta-se os resultados acerca dos atendimentos feitos, especificando-os, além de discorrer-se sobre os atendimentos os quais se tornaram possíveis processos judiciais:

	ATENDIMENTOS (TRIAGEM)	POSSÍVEIS PROCESSOS	
12/03/2018	1. Dissolução de união estável, pensão alimentícia. 2. Pensão alimentícia. 3. Investigação de paternidade, pensão alimentícia. 4. Pensão alimentícia. 5. Informação LOAS. 6. Informação sobre processo judicial. 7. Informação sobre audiência em processo que já tramita pelo SAJ. 8. Pensão alimentícia. 9. Pensão alimentícia. 10. Busca e apreensão de menor. 11. Investigação de paternidade, pensão alimentícia. 12. Investigação de paternidade, pensão alimentícia.	1. Dissolução de união estável, pensão alimentícia. 2. Pensão alimentícia. 3. Investigação de paternidade, pensão alimentícia. 4. Pensão alimentícia. 5. Pensão alimentícia. 6. Pensão alimentícia. 7. Guarda. 8. Investigação de paternidade, pensão alimentícia. 9. Investigação de paternidade, pensão alimentícia.	
26/03/2018	1. Informação auxílio-doença e LOAS. 2. Pensão alimentícia. 3. Exoneração pensão alimentícia. 4. Pensão alimentícia. 5. Regularização guarda. 6. Pensão alimentícia. 7. Pensão alimentícia.	1. Guarda. 2. Pensão alimentícia. 3. Pensão alimentícia.	
	1. Informações sobre processo em andamento.	1. Ação trabalhista. 2. Auxílio-acidente.	



23/04/2018	<ul style="list-style-type: none">2.Assistido trouxe documentos para processo.3.Informações sobre processo.4.Ação trabalhista.5.Ação trabalhista.6.Auxílio-acidente (previdenciário).7.Informações sobre parentesco(direito de família).8.Lesão corporal.9.Ação de indenização.10.Cobrança indevida, nome negativado no SPC.	<ul style="list-style-type: none">3.Ação de indenização dano material.4.Cobrança indevida, nome negativado no SPC.	
07/05/2018	<ul style="list-style-type: none">1.Pensão alimentícia.2.Divórcio.3.Pensão alimentícia.4.Pensão alimentícia.5.Pensão alimentícia.6.Pensão por morte(previdenciário).7.Pensão alimentícia.8.Informações sobre processo em andamento;.	<ul style="list-style-type: none">1.Pensão alimentícia.2.Divórcio – CEJUSC.3.Pensão alimentícia.4.Pensão alimentícia.5.Pensão alimentícia.6.Pensão alimentícia.	
21/05/2018	<ul style="list-style-type: none">1.Informações sobre aposentadoria.2.Vaga em creche.3.Pensão alimentícia.4.Informações sobre processo em andamento.5.Pedido de laqueadura.6.Informações – crime de receptação.	<ul style="list-style-type: none">1. Vaga em Creche.2.Pensão alimentícia.	
04/06/2018	<ul style="list-style-type: none">1.Informações sobre processo em andamento.2.Pensão alimentícia.		
18/06/2018	<ul style="list-style-type: none">1.Informações sobre auxílio-doença e LOAS.2.Informações sobre processo em andamento.3. Pensão alimentícia.4.Informações sobre o pedido de laqueadura;5.Guarda dos netos.6.Vaga em Creche.7. Alteração de nome e	<ul style="list-style-type: none">1.Pensão alimentícia.2.Pedido de laqueadura (encaminhadas informações à assistente social);3. Guarda;4. Vaga em Creche5.Alteração de nome e a inclusão de sobrenome (detém a guarda de menor e quer a alteração)6.Pensão alimentícia;7.Revisão de pensão alimentícia;	

	<p>a inclusão de sobrenome (detém a guarda de menor)</p> <p>8. Pensão alimentícia.</p> <p>9.Revisão pensão alimentícia.</p> <p>10. Informações sobre LOAS.</p> <p>11. Informações sobre ação de medicamentos.</p>	8.Ação medicamentos.	
--	--	----------------------	--

Percebe-se que, entre o período de março a junho, foram realizados 65 (sessenta e cinco) atendimentos; desses, 38 (trinta e oito) foram encaminhados ao SAJ, para futuros ajuizamentos.

Ressalta-se que, ainda, não há dados sobre quantos processos foram ajuizados, visto que, para que os mesmos tramitem judicialmente, necessita-se que os assistidos tragam os documentos necessários para tal.

4. CONCLUSÕES

Os dados coletados, no primeiro semestre do corrente ano, evidenciam a importância do Serviço de Assistência Judiciária, em seu Projeto Pacientes Jurídicos, porquanto, como já citado anteriormente, o mesmo reafirma o direito consistente no artigo 5º, XXXV, da Carta Magna, facilitando, assim, o acesso à justiça.

O projeto é uma possibilidade para engrandecimento intelectual dos alunos, pois os mesmos foram apresentados aos conteúdos em sala de aula, e, então, concretizam os ensinamentos na prática, durante todo o Estágio.

Além de que o mesmo contribui para o crescimento pessoal dos discentes, em especial para que, futuramente, exerçam suas profissões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UCPEL. **Regulamento do SAJ**. Acessado em 29 de agosto de 2018. Online. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17fyhAHmvNjHU52r_wxASgFFqWtxiKo10/view

UCPEL. **Serviço de Assistência Judiciária**. Acessado em 27 de agosto de 2018. Online. Disponível em: <http://direito.ucpel.edu.br/sobre-o-curso/servico-de-assistencia-judiciaria/>